



8º SIMULADO DA

OAB

1ª FASE DA OAB



ESTRATÉGIA OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-XXXII-Exame-de-Ordem-20-03-21>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

André e Priscilinha decidem constituir uma sociedade de advogados, e objetivando a conquista de uma maior clientela convidam Vandinho para integrar a sociedade, com sede em São Paulo. Vandinho já possui uma sociedade unipessoal também com sede em São Paulo, mas decide integrar também a sociedade a que foi convidado.

Nos termos dos preceitos éticos, assinale a alternativa correta.

- a) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, já que a sociedade unipessoal de advocacia pode ser fixada na mesma área territorial em que estiver instituída a sociedade pluripessoal, esta a qual o advogado Vandinho integrará.
- b) O advogado Vandinho poderá integrar a sociedade pluripessoal de advogados, desde que requeira a suspensão de sua inscrição frente ao Conselho Seccional da OAB.
- c) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, desde que os advogados sócios da mesma sociedade profissional não representem em juízo clientes de interesses opostos.
- d) A situação retratada é vedada pelo Estatuto da OAB, já que nenhum advogado pode integrar simultaneamente uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Questão 2

João é estudante do terceiro ano de curso jurídico e estagiário de advocacia regularmente inscrito. Renato, seu primo, foi preso ilegalmente. Para ajudá-lo, João impetra habeas corpus para proteger o direito de ir e vir de Renato.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- a) João poderá impetrar habeas corpus por ser estagiário de advocacia regularmente inscrito, desde que em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.
- b) João não poderá impetrar habeas corpus por ser esta atividade privativa de advogado.
- c) João poderia impetrar habeas corpus ainda que não fosse estagiário de advocacia, pois a impetração de habeas corpus não é atividade privativa de advogado.
- d) João poderia inclusive exercer atividades de consultoria jurídica para Renato, isoladamente e de forma independente.

Questão 3

O advogado Silvinho, inscrito na OAB, foi gravemente ofendido durante o exercício profissional, mais especificadamente, em determinada audiência judicial, gerando violação a sua prerrogativa profissional. O fato obteve grande repercussão no país.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) O pedido de desagravo público só pode ser formulado por Silvinho, que é a pessoa ofendida em razão do exercício profissional.
- b) O pedido de desagravo pode ser formulado por Silvinho, mas depende da concordância do ofensor, que é a parte interessada também.
- c) O pedido de desagravo deve ser promovido apenas pelo Conselho competente, sob a concordância do ofendido.
- d) O desagravo público não depende de concordância do ofendido, o qual não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.

Questão 4

Marcos, cliente da advogada Camila, encontra-se preso em estabelecimento prisional. Antes da prisão, Camila e Marcos comunicaram-se por e-mail, exclusivamente para que a advogada pudesse orientar seu cliente a respeito de seus direitos.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

- a) Como Marcos está preso e considerado incomunicável, Camila não poderá comunicar-se pessoalmente com seu cliente.
- b) As conversas entre o cliente e a advogada são sigilosas, salvo aquelas efetuadas por meio eletrônico em caso de suspeita de confissão de crime do cliente para o advogado.
- c) Camila tem o direito de recusar-se a depor como testemunha sobre fato relacionado com seu cliente, ainda que ela deixe de representá-lo.
- d) Camila só poderá entrar em edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público para colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional dentro do expediente do local.

Questão 5

Jota é advogado de Fábio em processo litigioso de divórcio. Em razão de tal ofício, Jota tomou conhecimento de que Fábio pretendia decapitar a sua ex-esposa para findar os problemas atinentes à divisão de bens. Tendo ciência de seu dever de sigilo, Jota lhe procura na condição de representante da OAB para fins de colher informações acerca da atitude adequada a ser realizada.

- a) O sigilo profissional independe de solicitação de reserva pelo cliente, e não cederá em nenhuma hipótese.
- b) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida.
- c) São confidenciais as comunicações entre advogado e cliente, de forma que o sigilo profissional não cederá em nenhuma hipótese.
- d) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como no caso de guarda de filhos.

Questão 6

O Conselho Seccional de Curitiba observa que a Caixa de Assistência dos Advogados a que se vincula tem constantemente descumprido as suas finalidades. Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Federal deverá ser comunicado e mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados.
- b) O Conselho Seccional, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- c) O Conselho Federal, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- d) O Conselho Seccional, mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção.

Questão 7

Elza, bacharel em direito, é aprovada em recente concurso público para a Defensora Pública no Estado de São Paulo. Diante dos regramentos pertinentes a advocacia pública no EAOAB, assinale a alternativa correta.

- a) Os integrantes da advocacia pública são elegíveis, mas não podem integrar qualquer órgão da OAB.

- b) Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa da advocacia, não se sujeitam ao regime do Estatuto, Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina.
- c) Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa da advocacia, se sujeitam ao regime do Estatuto, Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, com exceção as infrações e sanções disciplinares.
- d) Segundo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, os defensores públicos estão obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades.

Questão 8

Juliete ajuizou ação de cobrança em face de Gil do Vigor, visando o recebimento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que tinham sido emprestados pela primeira ao segundo. Após a devida instrução processual, Juliete obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, Priscilinha Ferreira.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Juliete ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Priscilinha tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

- a) 01 ano.
b) 02 anos.
c) 03 anos.
d) 05 anos.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

“Sua perfeição abstrata é seu defeito prático” Edmund Burke referia-se aos direitos humanos declarados pela Revolução Francesa. **Quanto à crítica burkeana é CORRETO afirmar:**

- a) Ao se discutir alimentos ou medicamentos, a questão que se coloca é o reconhecimento formal do direito.
- b) O desafio do governo é encontrar soluções jurídicas para os problemas humanos.
- c) A política deve ser construída do abstrato para o concreto, de modo que a política abstrata seja capaz de resolver os defeitos práticos.
- d) Se não forem associadas a situações concretas, políticas e direitos declaram uma irrealidade.

Questão 10

Cada homem possui uma habilidade natural (Platão).

Sobre o pensamento Platônico, é CORRETO afirmar:

- a) A crença na versatilidade, a permitir que um mesmo homem exerça diversas profissões, é sinal de injustiça em sociedade.
- b) O governante que designa profissões aos súditos fere de morte a liberdade individual, princípio máximo da vida comum.
- c) Feliz é a sociedade em que cada homem possui diversas habilidades naturais e a elas se dedica com afinco.
- d) O melhor modelo de sociedade é aquele em que cada homem é autossuficiente, produzindo tudo aquilo que precisa para viver.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Ivana é residente do Município Beta. Ela é maior, capaz e tem uma filha, Alexia, com 10 (dez) anos de idade. Contudo, não dispõe de recursos financeiros para arcar com os custos de um colégio particular. Por isso, decidiu procurar a Secretaria de Educação do Município Beta para tentar matricular sua filha na rede pública. Com base no ordenamento jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa correta

- a) O Município tem o dever de dar educação básica a Alexia, de forma obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- b) O Município não tem o dever de dar educação básica a Alexia.
- c) O Município tem o dever de dar educação básica a Alexia, de forma obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- d) Apenas a União tem o dever de dar educação básica a Alexia, de forma obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

Questão 12

Ana, brasileira, maior, capaz e domiciliada no Estado de São Paulo, resolveu se mudar para o Estado do Rio Grande do Norte, por causa da comoção grave de repercussão nacional, que resultou no decreto de estado de sítio. Todavia, chegando no aeroporto, José, agente da Polícia Federal, legalmente e no exercício de atribuições do Poder Público, proibiu que a sua locomoção para outro Estado ocorresse. Ana, então, buscou se reunir com pessoas que estavam na mesma situação que ela. Diante de todas as circunstâncias, Ana se sentiu perseguida. De acordo com a CRFB/88, Ana, na vigência do estado de sítio:

- a) em regra, terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado de São Paulo. Ela também poderá ser submetida à suspensão da liberdade de reunião.
- b) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetre habeas corpus ao Juiz do Tribunal Regional federal. Também não poderá ser submetida à suspensão da liberdade de reunião.
- c) poderá viajar desde que impetre habeas corpus ao Superior Tribunal de Justiça, cuja competência é originária. Não poderá ser submetida à suspensão da liberdade de reunião.
- d) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetre habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal, cuja competência é originária. Porém, poderá ser submetida à suspensão da liberdade de reunião.

Questão 13

O município Beta situado no Estado Y passa por uma situação de extrema violência urbana, com várias depredações a comércios locais. Diante de tal fato, o Prefeito decretou estado de sítio, proibindo que bares, casas noturnas ou qualquer festividade funcionassem após as 20 horas. Tal decreto:

- a) É inconstitucional porque o prefeito municipal não tem competência para zelar pela segurança pública.
- b) É constitucional porque violência urbana é assunto de interesse local, até porque pode criar a guarda municipal.
- c) É inconstitucional, pois somente a União tem competência para decretar estado de sítio.
- d) É ato administrativo legal com todos requisitos e atributos legais perfeitos, devendo ser cumprido.

Questão 14

Um tributo de competência da União foi instituído por determinada Lei municipal. Como tal situação entra em conflito com a CRFB/88, essa lei municipal é:

- a) passível de controle concentrado, por meio de ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) ilegal e não pode ser submetida ao controle de constitucionalidade.
- c) passível de controle concentrado, mediante ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) inconstitucional, podendo ser submetida ao controle difuso da constitucionalidade.

Questão 15

Caio, Governador do Estado Y, ingressou com uma ADI, cujo objeto é um dispositivo de lei federal. O seu sucessor não concordou com o ingresso de tal ação e formulou pedido de desistência da ação. É correto afirmar o STF deve:

- a) Indeferir de plano o pedido, pois uma vez formulado pedido de desistência de ação direta cabe ao Supremo Tribunal Federal, discricionariamente, prosseguir ou não na análise da questão de constitucionalidade suscitada.
- b) Deferir de plano o pedido, já que foram consultados os órgãos emissores do ato legislativo impugnado, homologando-se a desistência.
- c) Indeferir de plano o pedido, pois se trata de um contencioso objetivo em que, uma vez provocado o órgão de controle, não tem o requerente a possibilidade de afastar a fiscalização.
- d) Deferir de plano o pedido, pois o controle jurisdicional de constitucionalidade no Brasil é exercido por meio de processos de índole subjetiva, em que as partes podem dar azo à extinção sem julgamento de mérito.

Questão 16

O professor Diego discutia com os alunos em sala de aula sobre a aplicação dos princípios da atividade econômica. Vale ressaltar que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Diante da importância do tema, Diego resolveu fazer uma chamada oral com os alunos. Os alunos devem responder corretamente que são princípios da atividade econômica:

- a) soberania regional; propriedade pública e concorrência restrita.
- b) soberania nacional; busca do pleno emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.
- c) tratamento favorecido para as empresas de médio porte; soberania nacional e redução das desigualdades mundiais.
- d) defesa do consumidor; busca do pleno emprego e redução das desigualdades mundiais.

Questão 17

De acordo com o art. 173 da Constituição: ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Com a leitura de tal dispositivo o seguinte princípio estaria consagrado:

- a) da livre concorrência.
- b) da livre iniciativa.
- c) da subsidiariedade.
- d) da soberania nacional.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Arthur e Carla decidem matricular o filho Thiaguinho em uma escola confessional, ou seja, uma escola vinculada ou pertencente a um determinado grupo religioso. Ocorre, entretanto, que os pais de Thiaguinho não professam a mesma religião que a escola. Nesse caso, à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Thiaguinho, por estar em uma escola confessional, poderá sofrer medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua própria religião.
- b) A liberdade de manifestação religiosa poderá sofrer limitações prescritas pela lei, por decretos federais, estaduais ou municipais e, nesse caso, pelas instituições privadas que adotem uma religião oficial.
- c) É possível limitação à manifestação religiosa, desde que prescrita por lei e necessária para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas.
- d) Os pais de Thiaguinho em nada podem intervir na educação religiosa que será recebida pelo filho.

Questão 19

Considerando os direitos humanos positivados na Constituição Federal, analise cada caso concreto e assinale aquele que se adequa às previsões constitucionais:

- a) Arlindo é filiado a um determinado partido político e crítico ferrenho do prefeito de sua cidade. Para não se envolver em qualquer atrito publicamente, manifesta-se na internet e espalhando panfletos pela cidade de forma anônima.
- b) Durante uma entrevista em um programa de televisão, um conhecido ator foi severamente difamado. Desse modo, o artista deverá optar entre o direito de resposta e o ajuizamento de

ação indenizatória por danos materiais e morais, em virtude da perda de contratos publicitários.

c) Cléo é compositora e decidiu gravar um ep com algumas músicas de sua autoria. Ao chegar à gravadora, Cléo foi informada que precisaria de uma licença do órgão responsável em razão do conteúdo de suas composições.

d) Dadinho, junto com alguns amigos, decidiu organizar uma passeata pacífica ao longo da principal avenida de sua cidade. Os manifestantes querem protestar contra as leis municipais que permitem animais em parques públicos e shoppings. Para o sucesso da manifestação, enviaram ofício à autoridade competente comunicando a data, horário e trajeto a ser percorrido.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre os Tratados Internacionais, conforme previsto na convenção de Viena, assinale a opção correta.

a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.

b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

Questão 21

Considere que o Brasil assinou, recentemente, um tratado internacional que versa sobre direitos humanos. Tal tratado foi internalizado conforme procedimento previsto pela Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004. Qual a hierarquia desse tratado?

a) Emenda Constitucional

- b) Legal
- c) Supralegal
- d) Infralegal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A empresa ABC, que se dedica à atividade de vigilância patrimonial, presta serviços para o Município X, para quem deve IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e ISS - Imposto sobre Serviços. Como a empresa está passando por grave dificuldade financeira, propôs ao Município realizar o pagamento desses débitos tributários mediante a prestação direta dos seus serviços ou, alternativamente, mediante a transferência, para o Município, de um imóvel de sua propriedade. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) As duas propostas são inadmissíveis, pois a obrigação tributária pode ser extinta somente se o pagamento for feito em dinheiro ou cheque.
- b) As duas propostas são admissíveis, em razão do princípio da menor onerosidade para o devedor.
- c) A proposta de prestação direta de serviços para o pagamento de tributo é admissível, em circunstâncias excepcionais, na forma e condições estabelecidas em lei.
- d) A proposta de transferência de imóvel do contribuinte para o Município para pagamento de tributo é admissível na forma e condições estabelecidas em lei.

Questão 23

O Poder Legislativo Federal aprovou uma lei, publicada em 10/12/2020, majorando a alíquota do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e do IRPF - Imposto de Renda da Pessoa Física. Com base nessa hipótese, a partir de que data as novas alíquotas poderão ser exigidas para o IPI e para o IRPF?

- a) Imediatamente para ambos.
- b) 90 dias após a publicação da lei para ambos.
- c) 90 dias após o primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei para ambos.
- d) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei para o IRPF.

Questão 24

Felipe recebeu indenização por danos morais. Sobre a hipótese, é correto afirmar que ele:

- a) Deve pagar IR - Imposto de Renda sobre o valor recebido, em homenagem ao princípio da generalidade.
- b) Não deve pagar IR - Imposto de Renda sobre o valor recebido, pois se trata de verba indenizatória.
- c) Deve pagar IR - Imposto de Renda sobre o valor recebido, em homenagem ao princípio da isonomia.
- d) Não deve pagar IR - Imposto de Renda sobre o valor recebido, pois se trata de verba especial.

Questão 25

A empresa ABC atua no ramo de venda de gêneros alimentícios (arroz, feijão etc.). Frequentemente necessita transferir mercadorias (itens de estoque) entre os seus diversos estabelecimentos, todos localizados em diferentes Municípios do Estado X. Por entender que há a incidência de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços nessas transferências, sobre o fundamento de que há efetiva circulação de mercadorias nessa situação, os Agentes Fiscais do Estado X retiveram os itens de estoque que estavam sendo transferidos entre filiais, visando compelir a sociedade empresária ao pagamento do referido imposto. Com base essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O imposto não é devido e a apreensão de mercadorias como forma de garantir o pagamento do imposto é inconstitucional.
- b) O imposto é devido e a apreensão de mercadorias como forma de garantir o pagamento do imposto é constitucional.
- c) O imposto não é devido, mas a apreensão de mercadorias como forma de garantir o pagamento do imposto é constitucional.
- d) O imposto é devido e a apreensão de mercadorias como forma de garantir o pagamento do imposto é inconstitucional.

Questão 26

A União publicou, em novembro de 2020, lei instituindo novos critérios de apuração e ampliando os poderes de investigação das autoridades fiscais federais. Com base nessa nova lei, um agente fiscal federal constatou, em dezembro de 2020, que a pessoa jurídica X não entregou a declaração do IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica relativa ao ano-calendário 2018 e que, por isso, não realizou o pagamento do imposto devido. Diante disso, o referido agente fiscal lavrou o auto de infração para a cobrança dos valores inadimplidos. No que tange à possibilidade de aplicação da nova legislação ao presente caso, assinale a afirmativa correta:

- a) É inaplicável, pois não respeitou o princípio da anterioridade anual ou de exercício.
- b) É inaplicável, pois não respeitou o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena.

- c) É perfeitamente aplicável, pois a legislação que institui novos critérios de apuração e amplia poderes de investigação das autoridades fiscais aplica-se aos lançamentos referentes a fatos geradores ocorridos antes de sua vigência.
- d) É inaplicável, pois o agente fiscal poderia lavrar o auto de infração somente com base nos critérios de apuração previstos na lei que vigorava no momento da ocorrência do fato gerador.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Vladimir foi vítima de intensa perseguição política praticada pelo governo federal durante a época do regime militar instalado no Brasil em 1964, sofrendo prejuízos econômicos em razão dessas perseguições, além de ter sido torturado, mais precisamente em 1969. Em 2021, já com 72 anos de idade, Vladimir pretende ajuizar ação de indenização contra a União pedindo a reparação pelos danos morais e materiais que sofreu durante o período. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A pretensão está prescrita, considerando que as ações contra o Poder Público devem ser propostas dentro do prazo de 5 anos, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/1932.
- b) O prazo quinquenal previsto no Decreto n. 20.910/1932 é aplicável às ações que objetivam reparação por danos morais ocasionados por torturas sofridas durante o período do regime militar, mas inaplicável às ações que pleiteiam indenização por danos materiais.
- c) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- d) Prescrevem no prazo geral de 10 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

Questão 28

A empresa pública estadual Alfa celebrou contrato, precedido de licitação, para execução de obras e serviços de engenharia com a empresa Y. Referido negócio foi assinado um mês antes da vigência do Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. Transcorrido o prazo de vigência do acordo sem a entrega do objeto pela contratada, o gestor do negócio, invocando o caráter meramente formal do aditamento para fins de adaptação da vigência do contrato e da atualidade de seu cronograma, ante a ausência de repercussão monetária imediata por ocasião da modificação, realiza consulta à sua assessoria jurídica indagando sobre a possibilidade de

prorrogação do referido contrato. Diante dessa situação, a assessoria deve informar corretamente que:

- a) Como se trata de contrato firmado por empresa estatal, com estatuto próprio regulando inclusive as suas licitações, o negócio celebrado deve ser regido pela Lei 13.303/2016.
- b) Como se trata de contrato de prestação continuada, sua duração fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
- c) Como se trata de contrato por escopo, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.
- d) Como se trata de culpa exclusiva da contratada, não há concessão de acréscimo de prazo, devendo ela ser considerada em mora e sofrer suas consequências legais e contratuais.

Questão 29

O Ministério Público Estadual ajuizou ação por ato de improbidade administrativa contra Fábio, ex-gestor do Município de Sorrisos. Após regular processamento, o magistrado julgou o pedido procedente e condenou o réu, o qual interpôs apelação, mas a sentença foi mantida. Ainda inconformado, o réu ingressou com recurso especial. Antes que fosse julgado o Recurso Especial, Fábio e o Ministério Público celebraram acordo de não persecução cível. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A ação por ato de improbidade administrativa terá o rito ordinário, e deverá ser proposta pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, sendo o Ministério Público parte ilegítima para promover a ação.
- b) Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, porém a autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas em lei, o que impede também a representação ao Ministério Público.
- c) É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa, mesmo que já em fase recursal.
- d) As ações de improbidade administrativa admitem a celebração de acordo de não persecução cível, desde que realizado antes da instauração da ação principal.

Questão 30

Silvio é Guarda Municipal no Município de Charmoso. Certo dia, estava no exercício de suas funções, quando observou uma movimentação suspeita em uma rua e verificou que se tratava da venda de produtos falsificados em via pública. Ele decidiu apreender toda a mercadoria, sem ordem judicial expedida para esse fim. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Inexiste ilegalidade na atuação do guarda, diante do atributo da autoexecutoriedade, pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- b) A ação do guarda foi ilegal, uma vez que agiu com excesso de poder, pois não possuía competência para realizar a apreensão.
- c) A ação do guarda foi ilegal, uma vez que agiu com desvio de poder, pois praticou o ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.
- d) Inexiste ilegalidade na atuação do guarda, diante do atributo da presunção de legitimidade, pelo qual os atos administrativos presumem-se editados em conformidade com o ordenamento jurídico.

Questão 31

Henrique, servidor público municipal de Lindoso, postulou junto ao Município a averbação de tempo de serviço já prestado, o que lhe foi deferido, tendo-lhe sido concedidos quatro quinquênios. Dois anos depois, ele foi surpreendido pela ordem de revisão de contagem de tempo de serviço, de cancelamento dos quinquênios e de devolução de valores tidos por indevidamente recebidos. Diante dessa situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) legítima a decisão do Município, a quem é facultada a revogação de atos inconvenientes ou inoportunos.
- b) legítima a decisão do Município, pois a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em casos específicos, a apreciação judicial.
- c) ilegítima a decisão do Município, pois o ato caducou diante da passagem temporal de dois anos.

d) ilegítima a decisão do Município, pois o desfazimento do ato deveria ser precedido de regular processo administrativo.

Questão 32

A União deseja transferir, para a iniciativa privada, a execução de serviços públicos explorados diretamente por ela ou através de entidades controladas. Para tanto, pretende incluir determinada sociedade de economia mista responsável por esses serviços em programa de privatização. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Em regra, é necessária a edição de lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.

b) Para a desestatização é insuficiente a autorização genérica prevista em lei que veicule programa de desestatização, a qual corresponde a delegação discricionária e arbitrária ao Chefe do Poder Executivo.

c) Com relação às empresas estatais cuja lei instituidora tenha previsto, expressamente, a necessidade de lei específica para sua extinção ou privatização, é necessário que o administrador público observe a norma legal.

d) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias e controladas, exige autorização legislativa e licitação.

DIREITO AMBIENTAL

Rosenval Júnior

Questão 33

O Ministério Público ajuizou ACP com objetivo de declarar nulidade de licenciamento ambiental, que apresentou EIA/RIMA contendo informações falsas e enganosas. Além disso, mesmo com solicitação MP, não houve Audiência Pública. Diante disso, temos que:

a) A audiência pública sempre será obrigatória, independentemente de pedido do Ministério Público e do grau de impacto do empreendimento ou da atividade licenciada.

b) No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Ambiental não realizá-la, a licença concedida não terá validade.

c) Em nenhuma hipótese, haverá mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto de respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

d) A audiência pública ocorre em momento anterior à elaboração do EIA-RIMA.

Questão 34

Floresvaldo consultou o órgão ambiental estadual no intuito de conseguir autorização para cortar algumas árvores ao longo do rio que corta a propriedade e no entorno de uma nascente. O objetivo é extrair madeira para construir cercas na propriedade. Segundo a Lei nº 12.651/2012, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros são consideradas áreas:

- a) Reservas Legais
- b) Áreas de Preservação Permanente (APP)
- c) Unidades de Conservação de Proteção Integral
- d) Unidades de Conservação de Uso Sustentável

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Marcelo, residente no condomínio edilício Pôr do Sol, realizou uma festa na área comum do condomínio. A festa realizada por Marcelo desrespeitou diversas regras do condomínio e trouxe muitos incômodos para os demais condôminos, inclusive, alguns móveis das áreas comuns, a piscina e a pintura do condomínio foram danificados. Devido ao acontecido, o Condomínio Pôr do Sol decidiu requerer uma indenização por danos materiais e morais em desfavor de Marcelo.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) O condomínio edilício é pessoa jurídica, portanto, pode requerer dano moral em nome próprio.
- b) O condomínio edilício, apesar de ser considerado pessoa jurídica, não tem direito a indenização por danos morais.
- c) O condomínio edilício é considerado ente despersonalizado, não possuindo honra subjetiva apta a sofrer dano moral.
- d) Apesar de ser considerado ente despersonalizado, o condomínio edilício pode sofrer dano moral, assim como as pessoas jurídicas.

Questão 36

João Miguel, adolescente de 16 anos, começou a publicar em suas redes sociais várias ofensas contra sua ex-namorada, Carla, também menor, com 15 anos. Indignados com a situação, os pais de Carla, juntamente com a menor, decidiram requerer uma indenização por danos materiais e morais em desfavor de João Miguel. Os pais de João Miguel possuem vasto patrimônio, assim como o menor, que recebeu uma vultuosa herança de sua madrinha. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Os pais de João Miguel deverão arcar com a indenização, pois são responsáveis pelo filho menor e não poderão reaver o que pagarem.
- b) Apesar de ser menor, João Miguel possui patrimônio, devendo arcar com a indenização.
- c) Os pais de João Miguel deverão arcar com a indenização, podendo, posteriormente, reaver o que pagarem.
- d) Os pais de João Miguel não são responsáveis pelos atos praticados pelo filho, pois ele é relativamente incapaz.

Questão 37

Luana firmou contrato de compra e venda com Cristiane para aquisição de mesas e cadeiras para festas. Um tempo depois as mesas apresentaram alguns defeitos, ficando tortas e inapropriadas para o uso. Luana entrou em contato com Cristiane, mas não obteve sucesso. Luana precisou fazer uma viagem com urgência para fora do país, deixando a questão das cadeiras de lado. Quatro anos depois, Luana pretende discutir o assunto judicialmente. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Luana não poderá discutir o assunto judicialmente, pois esgotado o prazo prescricional de três anos para a reparação civil.
- b) Luana poderá requer a reparação pelo prejuízo sofrido, uma vez que o prazo prescricional é de dez anos.
- c) Luana não poderá requerer a reparação civil, pois o prazo decadencial é de três anos.
- d) Luana poderá requer a reparação pelo prejuízo sofrido, uma vez que o prazo decadencial é de dez anos.

Questão 38

Pedro viajou para Brasília e decidiu visitar o Jardim Zoológico do local. Contudo, ao chegar no local, foi informado de que deveria comprar um ingresso para entrar. Pedro ficou irritado, pois achou errada ter que pagar para visitar um bem público. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) O Jardim Zoológico de Brasília é um bem público de uso especial, devendo seu uso ser sempre gratuito.
- b) Os bens de uso comum e especial devem sempre ser gratuitos, ao passo que os bens dominicais podem ser usados de forma gratuita ou onerosa.
- c) Apesar de ser um bem público de uso especial, o Jardim Zoológico de Brasília pode ser alienado.
- d) O Jardim Zoológico de Brasília, assim como os demais bens públicos, pode ter o uso gratuito ou retribuído.

Questão 39

Steven, um famoso empresário, contratou Jean, um dos maiores estilistas do Brasil para fazer o terno de seu casamento. Alguns dias antes do casamento, Steven e Jean tiveram um desentendimento e este último se recusou a completar a elaboração do terno e a devolver o valor pago. Sobre o caso, é correto afirmar

- a) Jean não deverá devolver o valor pago, nem indenizar Steven por perdas e danos, pois o descumprimento da obrigação ocorreu por um desentendimento.
- b) Jean deverá devolver o valor pago, mas não indenizar por perdas e danos.
- c) Jean deverá devolver o valor pago e indenizar Steven por perdas e danos, pois a prestação era somente por ele exequível.
- d) Jean será obrigado a fazer o terno, pois a obrigação é personalíssima e somente ele pode executá-la.

Questão 40

Aline permitiu que seus amigos, Felipe e Marcos morassem em uma de suas casas que estava vazia, durante alguns meses. Sobre a situação, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de comodato e, em caso de deterioração do bem, será responsável apenas o causador do dano, já que não há solidariedade no caso.
- b) Trata-se de comodato e, por ser uma obrigação solidária, ambos são responsáveis pelos danos causados ao bem.
- c) Trata-se de mútuo e, em caso de deterioração do bem, será responsável apenas o causador do dano, já que não há solidariedade no caso, pois esta não se presume.
- d) Trata-se de mútuo e ambos são responsáveis pelos danos causados ao bem, na proporção de cinquenta por cento para cada.

Questão 41

Sofia, menor com cinco anos de idade, é filha de Andreia e José. Andreia tem a guarda da menor e, devido à pandemia, está desempregada. Ao procurar José, para falar sobre os alimentos a serem prestados à menor, Andreia descobriu que ele estava hospitalizado em estado grave e inconsciente. O pai de José, João, possui vasto patrimônio.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Sofia poderá requerer alimentos ao seu avô João, que possui obrigação subsidiária de prestar alimentos à menor.
- b) João não tem obrigação de prestar alimentos a Sofia, pois o dever de sustento é somente dos genitores.
- c) João deverá prestar alimentos a Sofia de forma solidária, juntamente com os outros avós da menor.
- d) Caso Sofia ingresse com os alimentos apenas contra João, os outros avós não poderão ser chamados a concorrer.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Patrick, em razão de sua estatura, sempre aparentou ser mais velho e, por isso, seus pais sempre pediram para que ele comprasse determinados itens. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Patrick não poderá comprar armas, munições e explosivos, mas nada impede que compre bilhetes da Mega-Sena na loteria.
- b) Embora os pais incentivem a leitura, Patrick não poderá comprar revistas ou publicações que contenham material impróprio que, neste caso, devem ser comercializadas em embalagens lacradas e com advertência do conteúdo.
- c) Patrick poderá comprar bebidas de baixo teor alcoólico, a exemplo de *ices*, mas não poderá adquirir produtos que causem dependência psíquica.
- d) Para celebrar o réveillon, Patrick poderá comprar os fogos de artifício que serão utilizados após a meia noite.

Questão 43

Lucas, adolescente de 16 anos, está sendo processado pela prática de ato infracional. Assinale a alternativa que apresenta uma garantia processual assegurada:

- a) Lucas tem direito ao pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- b) O adolescente deverá ser tratado com igualdade na relação processual, mas não será permitido confrontar-se com as vítimas em respeito à intimidade e integridade psíquica dos envolvidos.
- c) Lucas tem direito à defesa técnica por advogado e sempre gozará de assistência judiciária gratuita e integral.
- d) O adolescente tem direito a ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente, mas a presença dos seus pais só será admitida na audiência de apresentação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Vânia comprou uma esteira ergométrica modelo XYZ no site de uma loja de e-commerce. Um dia depois da compra, ela recebeu um e-mail da loja informando que não mais havia o produto em estoque e que, portanto, iria haver a resolução do contrato. Inconformada, ela procurou você, na qualidade de advogado, para que ingressasse com ação pedindo que a loja fosse condenada a fornecer o produto, pois o fornecedor de produtos e serviços deveria cumprir com a obrigação nos exatos termos em que foi oferecida ao consumidor, não sendo excepcionado esse dever pela ausência de produto em estoque. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, sem integrar o contrato que vier a ser celebrado.
- b) Como se infere do Código de Defesa do Consumidor, a recusa à oferta oferece ao consumidor a prerrogativa de optar, a sua livre escolha, pelo cumprimento forçado da obrigação, ou rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, não cabendo perdas e danos.
- c) Caso o fornecedor de produtos recuse cumprimento à oferta, o consumidor não poderá aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente, uma vez que a oferta vincula o fornecedor.
- d) A impossibilidade do cumprimento da obrigação de entregar coisa, no contrato de compra e venda, que é consensual, deve ser restringida exclusivamente à inexistência absoluta do produto, na hipótese em que não há estoque e não haverá mais, pois aquela espécie, marca e modelo não é mais fabricada.

Questão 45

Miguel solicitou ao seu Banco a emissão de um cartão de débito para seu filho, mas, recebeu um cartão de débito e crédito. Em contato com a administradora de cartões, foi informado que a função de cartão de crédito estava inativa, que a anuidade somente seria cobrada se este fosse utilizado, e que a taxa de juros para o pagamento de parcelas mínimas seria de 200% (duzentos por cento) ao ano. Diante disso, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) o envio do cartão de crédito, ainda que bloqueado, configura prática abusiva, de modo que a administradora de crédito poderá ser responsabilizada por dano patrimonial por cobrança indevida, não sendo cabível, contudo, dano moral.
- b) ainda que a função de crédito esteja inativa, constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor.
- c) a administradora de crédito viola a Lei da Usura ao praticar juros de 200% (duzentos por cento) ao ano, pois não se trata de instituição financeira.
- d) o envio de cartão de crédito sem solicitação do consumidor equipara-se à amostra grátis, pois não implica em cobrança automática de anuidade.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;

Questão 47

Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual, EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

Questão 48

Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

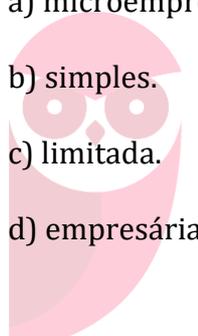
- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) ponto empresarial

Questão 49

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado não se aplica-se à Sociedade

- a) microempreendedor individual
- b) simples.
- c) limitada.
- d) empresária.



Estratégia

OAB

Questão 50

A respeito da resolução da sociedade quanto a um sócio e liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre as partes e seus procuradores, assinale a alternativa correta:

- a) Alberto, presidente da República, e Antônio, Advogado-Geral da União têm legitimidade para representar, ativa e passivamente, a União.
- b) Bruna, uma das herdeiras, representará judicialmente o espólio de sua falecida mãe.
- c) Cristiano é o curador de uma herança jacente e, por isso, deverá representar judicialmente o conjunto patrimonial até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado.
- d) Daniela, gerente de uma sucursal instalada no Brasil, só poderá receber citação para os processos judiciais se expressamente autorizada pela pessoa jurídica estrangeira.

Questão 52

Beatriz ajuizou ação pleiteando alimentos para seu filho Bernardo. O pai de Beatriz, já idoso, também está com uma demanda judicial em curso: uma ação indenizatória por danos materiais em face da operadora do plano de saúde. Gerusa, amiga de Beatriz, está movendo uma ação de divórcio por ter sido vítima de violência doméstica. Sobre a competência nesses casos, assinale a alternativa correta:

- a) A ação de alimentos deverá ser ajuizada no foro do domicílio do réu.
- b) A ação indenizatória deverá ser ajuizada no foro do lugar onde está a sede da operadora do plano de saúde.
- c) Gerusa deverá ajuizar a ação de divórcio no foro do último domicílio do casal.
- d) O pai de Beatriz, ajuizará a ação indenizatória no foro do lugar de sua residência.

Questão 53

A família de João ficou muito animada para viajar para a praia durante a Semana Santa, mas eles não foram os únicos e logo formou-se um engarrafamento na rodovia. Em um trecho íngreme do trajeto, o caminhão da transportadora "Chega Logo" perdeu o freio e, embora a velocidade fosse reduzida, acabou gerando o engavetamento de vários carros.

João e os demais proprietários, sem nada combinar entre si, decidem processar a transportadora para serem indenizados pelos prejuízos causados nos automóveis. Nesse caso:

- a) As ações serão consideradas conexas e deverão ser reunidas para decisão conjunta, ainda que uma delas já tenha sido sentenciada.
- b) Há continência entre as ações considerando que a causa de pedir é idêntica.
- c) As ações são conexas, ainda que as partes não sejam idênticas, bastando que seja comum o pedido ou a causa de pedir.
- d) Nesse caso, dá-se a continência entre as ações e o julgamento proferido em uma das ações será considerado idêntico para as demais.

Questão 54

Yuri e Daniela são amigos de infância e sempre confiaram bastante um no outro. Daniela, logo após formar-se e atingir sua independência financeira, decidiu sair da casa dos pais e alugar um apartamento para a nova fase da vida. Na fase preliminar do contrato, o proprietário informou que Daniela precisaria de um fiador e ela prontamente convidou seu amigo Yuri para esse papel. Com a pandemia e a diminuição nos atendimentos particulares, Daniela viu sua renda mensal cair drasticamente e, assim, precisou voltar à casa da mãe. O proprietário do imóvel, sem receber o valor do aluguel e sem conseguir falar diretamente com a locatária, decide ajuizar a ação de cobrança em face de Yuri.

Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) Yuri poderá valer-se da denúncia da lide para que Daniela também integre o polo passivo da relação processual.
- b) Em razão da forte amizade entre Yuri e Daniela, ele poderá requerer ao magistrado a citação da amiga como *amicus curiae*.
- c) Yuri poderá, por meio de chamamento ao processo, requerer que Daniela integre o polo passivo da relação processual.
- d) O réu poderá requerer a citação de Daniela a qualquer momento do trâmite processual, desde que o faça antes da prolação da sentença.

Questão 55

Logo que se formou em Direito, Cecília decidiu adquirir experiência atuando como conciliadora no Tribunal de Justiça. Com base nessa afirmação, pode-se afirmar:

- a) Cecília atuará preferencialmente nos casos em que não há vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
- b) Embora deva buscar conciliar as partes, Cecília não poderá fazer uso de técnicas negociais pois estas não são típicas dos processos judiciais.
- c) Cecília atuará preferencialmente nos casos em que haja um vínculo prévio entre as partes e deverá auxiliar os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito.
- d) As conciliações conduzidas por Cecília serão regidas pelos princípios da dependência, da imparcialidade, da autonomia de vontade, da publicidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

Questão 56

Thiago e Fernanda, depois de alguns anos de casados, chegaram à conclusão que já não estavam na mesma sintonia, com os mesmos sonhos em comum e acabaram seguindo caminhos distintos ao longo do relacionamento. O único ponto consensual entre o casal é que precisam divorciar-se, todos os demais são motivos de litígio. Desse modo, quanto ao trâmite processual, pode-se afirmar:

- a) Deve-se buscar a solução consensual do caso, mas o juiz não poderá dispor do auxílio de profissionais de outras áreas, devendo fazer uso de seu conhecimento técnico e experiência para atingir a autocomposição entre o casal.
- b) Thiago e Fernanda poderão se submeter à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar, mas o processo não será suspenso para essa finalidade.
- c) A audiência de mediação e conciliação do casal poderá dividir-se em várias sessões, desde que sejam necessárias para viabilizar a solução consensual e não ocasionem o perecimento do direito.
- d) A participação do Ministério Público é obrigatória em todas as fases e em todas as ações de família.

Questão 57

Priscila, antes mesmo de ser intimada para o cumprimento da sentença, compareceu em juízo e ofereceu o pagamento o valor que entendia devido. Nesse caso:

- a) Priscila não precisará apresentar a memória discriminada do cálculo.
- b) O autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias e poderá impugnar o valor depositado por Priscila.
- c) Caso o autor impugne o valor depositado por Priscila, ficará impedido de levantar o depósito efetuado a título de parcela incontroversa.
- d) Se o valor depositado for considerado insuficiente, Priscila será intimada do valor restante, sem que seja penalizada com multa por ter demonstrado boa-fé na quitação do débito.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Paulo, querendo matar Roberto, seu antigo desafeto, desferiu 6 tiros com seu revólver .38 contra a vítima, esgotando assim, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumar a infração penal, já que não possuía mais munição para sua arma. Porém, Roberto milagrosamente sobrevive mas sofre lesões corporais graves, sendo que, sua morte somente deixou de ocorrer por circunstâncias alheias à vontade de Paulo, que acreditava ter obtido seu intento quando se ausentou do local do crime. De acordo com os fatos narrados, pôde-se afirmar que houve hipótese conhecida como:

- a) tentativa imperfeita ou inacabada.
- b) crime de consumação equivocada
- c) crime falho ou de tentativa perfeita.
- d) tentativa branca ou incruenta.

Questão 59

Felipe, após descobrir pelos médicos do hospital público em que seu pai, vítima de COVID-19, estava internado, que seu quadro era irreversível, resolve realizar uma eutanásia devido ao

fato de não haver mais dúvidas de seu estado terminal. Neste caso, pode-se afirmar que a conduta de Felipe constitui hipótese de:

- a) causa de exclusão da culpabilidade do fato por inexigibilidade de conduta diversa.
- b) crime culposo cometido em situação compatível com o perdão judicial.
- c) homicídio doloso praticado através de causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.
- d) crime de homicídio doloso privilegiado apenas .

Questão 60

Gilmar conhecido “serial Killer” matou 5 pessoas em um mesmo bairro, utilizando-se da mesma arma e sempre durante as sextas feiras de madrugada, caracterizando assim crimes de homicídio doloso na forma de crime continuado, previsto no Art. 71 do CP. De acordo com a jurisprudência pacificada nos nossos tribunais superiores a respeito do tema :

- a) é admissível no crime continuado, que entre as condutas decorra prazo de tempo superior a 30 dias, desde que satisfeitos todos os demais requisitos legais.
- b) Não se considera no crime continuado o número de infrações cometidas, mas tão somente sua gravidade, para fins de cálculo do quanto de acréscimo à pena aplicável.
- c) Admite-se para certos casos modalidade específica do crime continuado, ocasião em que a pena do crime mais grave poderá ser aumentada até o triplo.
- d) é inadmissível o reconhecimento de crime continuado nos crimes dolosos contra a vida, como por exemplo no homicídio.

Questão 61

Carlos, condenado em definitivo anteriormente por um crime de lesão corporal dolosa, realizou um crime de furto doloso simples, sendo condenado a uma pena de 2 anos de reclusão, que foi agravada em face de sua reincidência. Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos adotados pelo CP, assinale a alternativa correta.

- a) A substituição não poderá ocorrer pois o réu é reincidente em crime doloso.
- b) Carlos fará jus à substituição já que a pena privativa de liberdade máxima abstratamente cominada para o furto não é superior a 4 (quatro) anos.

c) Como a pena concretamente aplicada foi superior a um ano, a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou ainda por duas restritivas de direitos, mesmo Carlos sendo reincidente em crime doloso.

d) Em caso de descumprimento injustificado da sua pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença condenatória definitiva.

Questão 62

José, professor de natação, percebe o afogamento de seu aluno Alessandro, enquanto conversa na beira da piscina com uma Fernanda, bela sócia do clube, que estava chegando na piscina naquele momento. Minutos depois Alessandro morre afogado e é retirado da piscina por outros frequentadores do clube. De acordo com a classificação dos crimes adotada em nosso ordenamento, pode se afirmar que José cometeu crime:

- a) De Omissão de socorro dolosa qualificada pelo resultado morte, crime omissivo próprio.
- b) De Homicídio Doloso, como crime omissivo impróprio, não se imputando a ele a omissão de socorro.
- c) De Homicídio doloso apenas, crime omissivo por comissão.
- d) De Omissão de socorro e homicídio doloso em concurso, crimes comissivos impróprios.

Questão 63

Rogério, que nunca havia cometido crimes, mediante fraude, consegue convencer seu vizinho Ricardo que um vazamento de água em sua cozinha era causado por um defeito oriundo do imóvel deste. Acreditando nos fatos que lhes foram apresentados, Ricardo entrega voluntariamente 2 mil reais em dinheiro a Rogério, para cobrir os prejuízos com a futura reforma. Entretanto, não havia qualquer problema na cozinha de Rogério que embolsou o dinheiro e comprou uma televisão nova. Oito meses após saber do golpe sofrido, através faxineira que trabalhava em ambas as casas, e depois de muito refletir a respeito, em 20 de março de 2021, Ricardo vai a delegacia mais próxima para noticiar o fato.

Você, chamado (a) como advogado (a) de Rogério para acompanhar os fatos, poderá esclarecer a ele que:

- a) Rogério não poderá responder pelo crime de estelionato consumado em face da prescrição.
- b) Rogério poderá responder pelo crime de furto mediante fraude consumado.
- c) Rogério não poderá responder por estelionato consumado, pois está extinta a punibilidade do fato em razão da decadência.

d) Rogerio poderá responder pelo crime de estelionato consumado privilegiado, por ser primário e pelo pequeno valor do prejuízo causado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Miguel, incentiva Fred, seu cão, a atacar Luiz. Luiz é mordido por Fred e precisou agredir o animal para que soltasse do seu pescoço. Luiz é processado, pelo rito comum pelo crime de maus tratos contra cães (Pena: reclusão, de 2 a 5 anos - art. 32, da Lei 9.605/98) por maus tratos contra o cachorro. Você, advogado de Luiz, deverá buscar, em resposta à acusação (art. 397 do CPP):

- a) a preliminar de ilegitimidade de parte pelo fato do cão não ser uma pessoa e não receber proteção da lei.
- b) a absolvição sumária por excludente de ilicitude.
- c) a absolvição sumária por negativa de autoria.
- d) a absolvição sumária por força do princípio do *in dubio pro reo*.

Questão 65

Aponte em qual das alternativas abaixo encontra-se um hipótese de suspeição:

- a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- c) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for parte ou diretamente interessado no feito.
- d) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver aconselhado qualquer das partes.

Questão 66

A respeito do número de testemunhas a serem arroladas em diferentes procedimentos do Direito Processual Penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Na primeira fase do júri, as partes poderão arrolar até 8 testemunhas.
- b) Na segunda fase do júri, as partes poderão arrolar até 8 testemunhas.
- c) Na primeira fase do júri, as partes poderão arrolar até 5 testemunhas.
- d) O número máximo de testemunhas arroladas nas duas fases do júri será idêntico.

Questão 67

Adamastor, juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Palmas - TO, condenou Pedrinho Rasgador a 40 anos de reclusão. Na pressa em ir embora, Adamastor publicou a sentença condenatória com a dosimetria da pena, porém, sem a necessária fundamentação. A respeito das nulidades no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sentença carente de fundamentação caracteriza mera irregularidade.
- b) A sentença carente de fundamentação caracteriza ato inexistente.
- c) A sentença carente de fundamentação caracteriza nulidade.
- d) A sentença carente de fundamentação será convalidada se nenhuma das partes apresentar manifestação em 48 horas.

Questão 68

Pedro Paulo, vulgo *Piolho*, recebeu a informação de que o seu recurso de apelação foi conhecido, porém, improvido. A votação de seu recurso pelo colegiado no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foi de 2 a 1. O voto vencido dava provimento ao recurso para absolver o réu. Diante dessa situação, aponte a alternativa que contém a medida adequada a ser tomada e o prazo legal:

- a) recurso em sentido estrito, em 5 dias.
- b) embargos infringentes, em 10 dias.
- c) recurso especial, em 15 dias.

d) embargos de declaração, em 2 dias.

Questão 69

Pamela foi condenada injustamente pelo crime de extorsão (art. 158, CP). Após alguns meses cumprindo pena, recebe uma correspondência da vítima da suposta extorsão pedindo desculpas por ter mentido na audiência reconhecendo ela como autora do crime. A vítima disse que pedia desculpas porque recebeu R\$ 5.000,00 para mentir. Pamela entrega essa carta para seu advogado que deverá apresentar:

- a) apelação
- b) revisão criminal
- c) recurso especial
- d) reclamação constitucional

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Belmira foi contratada para trabalhar na residência do Sr. Lourenço, de 88 anos, como sua cuidadora, percebendo um salário mensal de R\$2.000,00. No entanto, após 5 anos de prestação de serviço, Belmira foi surpreendida por um tumor maligno, o que culminou em seu óbito.

Diante do exposto, no que tange a indenização compensatória da perda do emprego prevista na LC n. 150/2015, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de falecimento da empregada doméstica, os valores destinados a indenização compensatória da perda do emprego serão resgatados pelos herdeiros.
- b) No caso de falecimento da empregada doméstica, os valores destinados a indenização compensatória da perda do emprego serão resgatados pelo empregador.
- c) No caso de falecimento da empregada doméstica, os valores destinados a indenização compensatória da perda do emprego devem ser depositados em juízo.
- d) No caso de falecimento da empregada doméstica, o empregador deve resgatar os valores atinentes ao FGTS, bem como a indenização compensatória da perda do emprego.

Questão 71

Cleide é auxiliar administrativa da empresa Embalagens “Y” Ltda., desde o ano de 2000. Depois de alguns anos, mais precisamente, em março de 2020, a empregada comunicou ao seu superior hierárquico o seu estado gravídico, mas quando estava de 22 semanas de gestação foi surpreendida por um aborto espontâneo, comprovado por atestado médico oficial.

Neste caso, o contrato de trabalho será

- a) suspenso, e Cleide terá direito a um repouso remunerado de 10 dias.
- b) interrompido, e Cleide terá direito a um repouso remunerado de 10 dias.
- c) suspenso, e Cleide terá direito a um repouso remunerado de 15 dias.
- d) interrompido, e Cleide terá direito a um repouso remunerado de 2 semanas.

Questão 72

Em razão da crise econômica ocasionada pela COVID-19, a empresa de festas, “Solar” Ltda., pactuou a redução salarial dos seus cinquenta empregados pelo período de 8 meses, conforme documento reduzido a termo, e com a anuência dos empregados.

Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O termo assinado pelos empregados é válido, em razão da redução temporária do salário visa valorizar o princípio da continuidade da relação de emprego.
- b) O termo assinado pelos empregados é válido, já que a redução salarial se deu mediante concordância expressa e por escrito.
- c) O termo assinado pelos empregados é nulo, uma vez que a redução salarial só seria lícita se disposta em convenção ou acordo coletivo.
- d) O termo assinado pelos empregados é nulo, já que o princípio da irredutibilidade salarial é absoluto.

Questão 73

A empresa “Doce&Doce” dispensou diversos empregados para reduzir o custo mensal da empresa, o que não foi suficiente para arcar com as suas dívidas que já totalizavam milhões, incluindo as verbas rescisórias de empregados não adimplidas.

Então, a sócia Priscilha resolveu retirar-se da sociedade, quando ficou responsável pela empresa os outros dois sócios, Sousa e Maciel.

A Consolidação das Leis do Trabalho prevê responsabilidade subsidiária ao sócio retirante pelas obrigações trabalhistas da sociedade, relativas ao período em que figurou como sócio, depois de averbada a modificação do contrato, somente em ações ajuizadas até

- a) um ano.

- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.

Questão 74

A empresa “Beta” dispensou alguns funcionários, com exceção dos empregados que possuíam grande destaque no setor de vendas.

Contudo, a empregada, Giovanna, não ficou contente com a dispensa de seus colegas de trabalho e questionou agressivamente o seu superior hierárquico, o que culminou em sua dispensa.

A empregada Giovanna ainda pediu dispensa do cumprimento do aviso prévio, o que foi acatado pelo empregador de imediato, já que possuía nova proposta de emprego, conforme documento apresentado.

Com base na situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) O pedido de dispensa de cumprimento do aviso-prévio pela empregada, não exime o empregador de pagar o respectivo valor, por tratar-se de direito irrenunciável.
- b) O aviso prévio é renunciável pelo empregado, inclusive, sempre deverá ser remunerado.
- c) A prova de novo emprego, no momento da dispensa sem justo motivo por iniciativa do empregador, retira do trabalhador o direito de receber o aviso prévio na forma indenizada.
- d) A prova de novo emprego, não retira do trabalhador o direito de receber o aviso prévio na forma indenizada.

Questão 75

Dona Jussara, empregada da empresa “Z”, obteve a guarda judicial da pequena Felismina, de 10 anos, para fins de adoção.

Nos termos da Consolidação das Leis Trabalhista, Jussara

- a) terá direito a 60 dias de licença-maternidade.
- b) não terá direito à licença maternidade em razão da adoção e não da gestação.
- c) não terá direito à licença maternidade em razão da adoção de menor com mais de cinco anos de idade.
- d) terá direito a 120 dias de licença-maternidade.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Determinada autarquia, ré em ação trabalhista, comparece com 1(uma) hora de atraso à audiência em que deveria apresentar sua defesa, razão pela qual é decretada sua revelia.

Nessa situação, à luz da jurisprudência do TST, a decisão do Magistrado foi

- a) correta, uma vez que não existe previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.
- b) correta, pois as partes dispõem de tolerância correspondente a 15 minutos para comparecer à audiência.
- c) correta, pois as partes dispõem de tolerância correspondente a 30 minutos para comparecer à audiência.
- d) incorreta, pois a pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.

Questão 77

A reclamada “ZWX” foi condenada a pagar a quantia de R\$ 300.000,00, constando no título judicial que R\$ 180.000,00 correspondiam às verbas de natureza salarial e R\$ 120.000,00 às verbas indenizatórias. Após o trânsito em julgado, reclamante e reclamado celebraram acordo, homologado judicialmente, colocando fim à execução, no equivalente a R\$ 200.000,00.

Nesse caso, segundo entendimento do TST, a contribuição previdenciária deve ser calculada sobre R\$

- a) 200.000,00.
- b) 90.000,00.
- c) 80.000,00.
- d) 120.000,00.

Questão 78

A 1ª Vara do Trabalho de Vitória proferiu uma sentença de procedência parcial. Ato contínuo, as partes foram intimadas por diário oficial para ciência da decisão. Após publicada, observou-se que nenhuma das partes recorreu, operando trânsito em julgado, que fora certificado pela secretaria da Vara. Um ano após, o outrora réu na reclamação trabalhista, ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, tendo o acórdão julgado improcedente o pedido.

A opção que corresponde ao recurso cabível para o Tribunal Superior do Trabalho é a seguinte:

- a) Recurso de Revista, já que é uma decisão do TRT.
- b) Recurso Extraordinário, pois coisa julgada é matéria constitucional.
- c) Mandado de Segurança, haja vista a ausência de recurso específico.
- d) Recurso ordinário, vez que o TRT julgou matéria de competência originária.

Questão 79

A empresa “Z” instaurou inquérito para apuração de falta grave, no prazo de 40 (quarenta) dias do conhecimento dos fatos desabonadores praticados pelo empregado, João, dirigente sindical.

João foi suspenso após 15 (quinze) dias da ciência, pelo empregador, da prática faltosa.

Em tal situação, o empregador:

- a) Não poderá manter suspenso o empregado, pois o prazo para a instauração do inquérito é de 30 (trinta) dias.
- b) Deverá reintegrar, incontinenti, o empregado, pois a propositura do inquérito deve ocorrer no prazo de 30 (dias) da ocorrência da falta grave.
- c) Caracterizou, em virtude do seu comportamento, perdão tácito, pois o prazo para propositura do inquérito de 30 (trinta) dias serve para se examinar sua viabilidade e conveniência.
- d) Deverá manter o empregado suspenso até a decisão final do inquérito.

Questão 80

Zé, proprietário da empresa “Arte Original Ltda.”, teve penhoradas obras de arte de sua propriedade para satisfazer execução de sentença condenatória proferida em reclamação trabalhista movida por Ana Beatriz.

Em sede de leilão, as obras foram arrematadas pelo valor de R\$ 50.000,00.

Neste caso, aquele que arrematou, deverá garantir o lance com sinal correspondente a

- a) R\$ 20.000,00, devendo pagar a diferença no prazo máximo de três dias.
- b) R\$ 7.500,00, devendo pagar a diferença dentro de 24 horas.
- c) R\$ 15.000,00, devendo pagar a diferença no prazo máximo de três dias.
- d) R\$ 10.000,00, devendo pagar a diferença dentro de 24 horas.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>